

O PROTAGONISMO DA MULHER NO EXECUTIVO MUNICIPAL NA CIDADE DE COLÔNIA DO PIAUÍ (1993-2022)¹

Maria de Fatima Alves Bezerra²

Débora Strieder Kreuz³

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo analisar, por meio de entrevistas, as experiências vividas por mulheres que estiveram presentes em disputas eleitorais ocorridas no município de Colônia do Piauí no período de 1993 a 2022 (1993, ano seguinte à emancipação política do município, e 2022, ano base da pesquisa). Diferentemente do que acontece na maioria dos municípios brasileiros, no que se refere à representatividade política feminina em que o Brasil ocupa o terceiro lugar na América Latina em menor representatividade, o município de Colônia do Piauí, em seus 30 anos de emancipação política completados em 2022, contou com a participação de duas mulheres na representação do executivo municipal. Uma delas permaneceu à frente do executivo por oito anos e a outra por doze anos, o que corresponde a vinte anos de mandatos femininos. Ou seja, o município teve uma significativa participação feminina no executivo, mesmo sendo um município jovem e pequeno. A metodologia utilizada inclui entrevistas com as mulheres que fizeram parte desse protagonismo no referido município. Será utilizado o suporte teórico sob a luz de autores como Eva Blay (2015), Alves (2007, 2010), Cunha (2018), Gaspari (2003), D'Ávila (2018), Hahner (1981, 2010), Beauvoir (1970), dentro outros autores que historicizam o tema e que trazem contribuições sobre o objeto. As fontes orais serão analisadas sob a orientação das produções metodológicas citadas ao longo do trabalho. Por fim, a pesquisa visa contribuir com a historiografia no que tange à representatividade de mulheres na política partidária da referida cidade, uma vez que discutir o protagonismo feminino na política municipal é uma forma de promover a igualdade de gênero e contribuir para mudanças sociais significativas, isso é não apenas no contexto político, mas também para ajudar no fortalecimento da democracia. Falar sobre o protagonismo das mulheres na política municipal não só ilumina questões relevantes sobre gênero e poder, mas também serve como recurso valioso para a transformação social. Conclui-se, portanto que ao longo do tempo as mulheres têm alcançado transformações quanto as novas configurações no seu papel na sociedade, mas ainda há muito a conquistar.

PALAVRAS CHAVE: mulher; protagonismo político; Colônia do Piauí.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como temática “O protagonismo da mulher no Executivo

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Coordenação do Curso de Licenciatura em História, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em História .

² Graduanda do curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI/Campus Prof. Possidônio Queiroz-Oiras-PI. . Email:mfabezerra@aluno.uespi.br. ³ Orientadora do trabalho. Email: deborastrieder@ors.uespi.br.

Municipal da cidade de Colônia do Piauí” e busca compreender como se deu esse

protagonismo a partir de um recorte entre 1993 e 2022. O objetivo é investigar as experiências das mulheres que conseguiram se eleger para o executivo municipal, percorrendo sobre o processo de inserção da mulher na política, seus objetivos antes e durante o exercício do mandato enquanto prefeitas e as dificuldades enfrentadas após eleitas. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica, além de entrevistas com as mulheres eleitas.

Este estudo é de fundamental importância, pois proporciona vários benefícios, como expandir o papel da mulher na política partidária em uma cidade interiorana, pois sabe-se que as cidades interioranas em sua maioria têm uma cultura mais conservadora onde os papéis de gênero são mais rígidos, e com isso resistem a ideia de mulheres em cargos políticos, sem falar nas redes que muitas vezes são formadas por homens o que dificulta o acesso das mulheres a recursos e oportunidades para campanha, tudo isso soma-se a desigualdade econômica, estereótipos negativos, e a baixa representatividade.

O objetivo central é analisar as memórias construídas por mulheres do município de Colônia do Piauí no período de 1993 a 2022, (1993, ano seguinte à emancipação política do município, e 2022, ano base da pesquisa), focando em como elas rememoram seu período à frente do executivo municipal e como o fato de serem mulheres influenciou, ou não, o exercício do mandato. Os objetivos específicos incluem compreender a participação das mulheres nas eleições para o executivo, mapear a partir das narrativas quais foram seus maiores medos ou anseios em relação ao exercício do cargo e identificar quais memórias são predominantes para cada uma.

O questionamento principal é: Quem são essas mulheres? Como se deu o processo de inserção delas na política partidária? Quais eram seus objetivos antes e durante o exercício do mandato? Quais dificuldades enfrentaram depois de serem eleitas? Dialogando com Eva Blay, segundo ela existem basicamente três tipos diferentes de prefeitas, a prefeita coronel, a prefeita esposa, e a prefeita por iniciativa própria:

Resumindo, pode-se dizer que as prefeitas são mulheres ora da burguesia, ora provenientes de famílias latifundiárias. Chegam ao poder porque se diferenciam, na população de seus municípios, ou por sua origem de classe e dominação política ou por suas atividades profissionais. Aquelas provenientes da oligarquia rural continuam a tradição familiar de deter a dominação do poder local. (BLAY, 2015, p.37).

O trabalho se justifica pela necessidade de conhecer o processo enfrentado por mulheres na política partidária da cidade de Colônia do Piauí e pelo interesse em aprofundar o conhecimento sobre questões ligadas ao gênero, especialmente as lutas das mulheres pela conquista de seus direitos.

Esta pesquisa se organiza da seguinte maneira: o primeiro capítulo, intitulado “A mudança da mulher na sociedade e na política” discorre sobre os desafios, lutas e conquistas das mulheres na política partidária, trazendo um breve contexto histórico da trajetória das mulheres na busca pela emancipação e garantia de seus direitos. No segundo capítulo, faremos a apresentação da cidade interiorana, intitulado “Colônia do Piauí: um município brasileiro”. No terceiro capítulo, abordaremos “O Protagonismo da mulher no executivo municipal da cidade de Colônia do Piauí”, por meio da análises das entrevistas concedidas a autora do trabalho, que foram realizadas em com duas ex-prefeitas no município. Conhecer a história dessas mulheres diante do desafio de governar um município é mudar alguns paradigmas dos papéis designados às mulheres.

O trabalho utiliza-se da história oral como metodologia para realização das entrevistas e análise das fontes. Assim, foram entrevistadas as duas mulheres que conseguiram eleger-se para o executivo municipal de Colônia do Piauí, a primeira: Conceição de Maria Soares Portela Carneiro Tapety, 53 anos, se auto declara branca, do sexo feminino, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) e esteve à frente do executivo municipal por 2 mandatos, do ano de 1996 ao ano de 2004. A segunda é Lúcia de Fátima Barroso Moura de Abreu Sá, 68 anos, se auto declara branca, do sexo feminino, já esteve filiada ao Partido Popular Socialista (PPS), ao Partido Progressista (PP), ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro e, atualmente ao Partido Social Democrático. Esteve à frente do executivo municipal por 3 mandatos do ano de 2000 a 2004 de 2004 a 2008 e de 2012 a 2016 .

A história oral será fundamental para o nosso trabalho, pois nos possibilitará a compreensão da problemática através das narrativas dessas mulheres. Por meio das entrevistas analisadas no terceiro tópico, que busca compreender a ação dessas mulheres na política da pequena cidade. Também utilizamos pesquisa bibliográfica relacionada a temas pertinentes a essa área de estudo, com embasamento teórico em autores como Verena Alberti (2005), Gaspari (2003) e Hahner (1981, 2010), Beauvoir (1970) entre outros. Verena Alberti diz que “De modo geral, qualquer tema, desde que seja

contemporâneo –isto é, desde que ainda vivam aqueles que tem algo a dizer sobre ele, é passível de ser investigado através da história oral.” (2005, p. 35)

2 AS MULHERES NA SOCIEDADE E NA POLÍTICA

Historicamente, a participação das mulheres na vida pública e política foi severamente limitada. A sociedade agregou às mulheres um papel de cuidadora familiar, por isso elas eram predominantemente confinadas ao espaço doméstico, sem direitos políticos e muitas vezes sem acesso à educação formal. Durante a Idade Média, as mulheres continuaram a ser vistas principalmente como esposas e mães, com responsabilidades centradas na manutenção do lar e na criação dos filhos. Para muitos, "[...] a natureza fez a mulher diferente do homem, atribuindo-lhe características inerentes. A sedução, por exemplo, é fonte de poder para a natureza feminina e a falta de autodeterminação da mulher é também intrínseca à sua natureza" (GASPARI, 2003, p. 32).

Sob esta visão, a mulher não tinha autonomia para tomar decisões por si mesma, dependendo do auxílio do marido para fazê-lo. Compartilhando deste pensamento Angela Davis (1981) afirma que “As mulheres sempre foram as primeiras vítimas do patriarcado. Das guerras às restrições de direitos civis, elas têm sido sistematicamente marginalizadas e oprimidas.” Por conta dessa dominação, grandes foram os desafios enfrentados pelas mulheres para alcançar o mínimo de dignidade e provar que eram muito mais que um sujeito restrito ao lar:

[...] As mulheres desenvolveram habilidades de captação de recursos e aprenderam a distribuir publicações e a organizar encontros—algumas se tornaram eficientes no uso de petição, que se revelaria uma arma tática central na campanha pelos direitos das mulheres. Ao organizar petições contra a escravidão, foram compelidas a defender ao mesmo tempo o próprio direito de se envolver em ações políticas. (DAVIS, 2016, p.26)

Joan Scott critica a abordagem tradicional da história das mulheres argumentando que alguns historiadores muitas vezes tratam a diferença atribuída aos gêneros como natural, ignorando seu caráter social construído. Essa perspectiva reforça estereótipos de gênero e justifica a discriminação contra mulheres. E acrescenta que a história das mulheres deve ser reescrita, considerando a construção social da diferença de gênero.

No que se refere à questão do patriarcado a cidade de Colônia do Piauí, como na grande maioria das cidades brasileiras, e principalmente nas pequenas cidades, é de cultura patriarcal, esse sistema social e cultural que privilegia os homens em diversas esferas da vida, incluindo a política, a economia e nas relações familiares, esse modelo de organização social tem raízes profundas na história e ainda se manifesta fortemente e de

diversas formas nas sociedades contemporâneas. De acordo com Bourdieu que em sua análise sobre patriarcado, examina as formas sutis e muitas vezes invisíveis de dominação masculina que permeiam a sociedade, o patriarcado não é apenas uma questão de poder político, mas também está enraizado nas práticas culturais, nas relações sociais e nos hábitos cotidianos. Na sua obra “A dominação masculina”, ele oferece uma análise sociológica que revela como essas estruturas se perpetuam ao longo do tempo e sugere a necessidade de reconhecimento crítico para promover mudanças.

Ao longo dos anos, “diversos movimentos sociais e teóricos têm buscado desconstruir a noção de diferença entre os gêneros vista como uma construção social questionando sua origem e legitimação.” (SCOTT, 1999). A sociedade patriarcal, historicamente tem perpetuado essa diferença como natural quando na verdade, ela é fruto de uma visão que exclui nitidamente a mulher, e que visa manter relações de poder assimétricos (BUTLER, 1990).

O início dessas mudanças ocorreu durante o Renascimento, que trouxe mudanças culturais e intelectuais significativas, mas a posição das mulheres na sociedade permaneceu amplamente inalterada, ou seja, “a conciliação de seu papel de reprodutora com seu trabalho produtor. A razão profunda que, na origem da história, vota a mulher ao trabalho doméstico e a impede de participar da construção do mundo é sua escravização à função geradora.” (BEAUVOIR, 1970). Embora, aos poucos, fossem dando passos conquistando o direito de frequentar a escola, elas eram educadas apenas nas artes domésticas, e qualquer forma de participação política era praticamente inexistente.

No entanto, o Iluminismo trouxe novas ideias sobre igualdade e direitos humanos, começando a plantar as sementes para futuras reivindicações de igualdade de gênero. Neste período, algumas mulheres começaram a se destacar no cenário intelectual e a questionar a posição subalterna que lhes era imposta. Mary Wollstonecraft, com sua obra “A Vindication of the Rights of Woman (Uma reivindicação dos direitos da mulher)” (1792), foi uma das primeiras a argumentar a favor da educação e dos direitos das mulheres, desafiando a ideia de que elas eram naturalmente inferiores aos homens.

A primeira onda feminista, surgiu em um contexto de mudanças sociais e políticas, como a Revolução Industrial e as ideias iluministas que promoviam a igualdade e os direitos humanos. Com foco na luta por direitos legais e políticos das mulheres, a primeira onda buscava principalmente a conquista do direito de voto (sufrágio feminino). Durante a Revolução Francesa as mulheres também apresentaram suas reivindicações, o

documento mais importante foi a “ Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, escrita por Olimpe de Gouges. Outra precursora dos direitos das mulheres é do feminismo foi a filósofa e escritora Britânica do século XVIII, Mary Wollstonecraft que na sua obra anteriormente citada defendia que as mulheres tivessem acesso a educação igual a dos homens, pois segundo ela a falta de acesso à educação por parte das mulheres, tornava-as dependentes e incapazes de desenvolver suas próprias opiniões e habilidades. A influência da Mary Wollstonecraft foi crucial para o desenvolvimento do pensamento feminista e atualmente ainda continua a contribuir de forma relevante nas discussões sobre direitos das mulheres.

No século XIX surgem os primeiros movimentos organizados em prol dos direitos das mulheres. Nos Estados Unidos e Europa, as mulheres começaram a se mobilizar por direitos básicos, como o direito à educação, ao trabalho e, principalmente, ao voto. A Convenção de Seneca Falls em 1848, liderada por figuras como Elizabeth Cady Stanton e Lucretia Mott, é frequentemente citada como o ponto de partida do movimento sufragista nos Estados Unidos. Este movimento serviu como uma mola impulsora para outros países (DEL PRIORE, 2007).

No Brasil, a luta das mulheres por direitos políticos começou a ganhar força no final do século XIX, onde podemos citar personalidades como Nísia Floresta que na sua obra “Direito das mulheres e injustiça dos homens” (1832) defendia a educação e igualdade de direitos para mulheres com base do iluminismo (PINTO, 2003). Bertha Lutz na sua obra “A mulher brasileira em direito e na realidade (1933) traz a ideia o que busca a plena participação das mulheres na vida pública e política, para que pudessem contribuir ativamente na sociedade e na construção do Estado. Bertha Lutz, lutou incansavelmente pelo direito ao voto feminino e igualdade salarial e principalmente pela participação na política (HAHNER, 1980).

Contudo, temos que fazer uma ressalva: nesse período a principal força de trabalho no Brasil era a escravizada. Homens e mulheres não eram considerados sujeitos e, dificilmente, eventuais mudanças na situação das mulheres brancas e de elite seriam alcançadas pelas mulheres negras. No século XX já se via um pequeno foco de luz. Este século foi marcado por vitórias significativas para o movimento feminista. Em vários países, as mulheres conquistaram o direito ao voto e começaram a ser eleitas para cargos públicos. “O movimento feminista não é sobre tornar as mulheres fortes. As mulheres já são fortes. É sobre mudar a maneira como o mundo percebe essa força.” (ANDERSON,

2019). Em 1918 as mulheres acima de 30 anos conquistaram o direito ao voto no Reino Unido.

Durante muito tempo, na História tivemos a ausência das mulheres, tendo em vista que se considerava o homem branco como sujeito universal. De acordo com Hahner:

Por muitos anos, as mulheres estiveram ausentes ou desfiguradas na história brasileira. Como em qualquer outra parte do mundo, não se fez justiça ao papel que elas desempenham no desenvolvimento do país. Pouco se sabe de suas vidas, papéis e experiências no passado, e a própria existência de fenômenos como o movimento pelos direitos da mulher no Brasil do século XIX. (HAHNER, 1981, p. 24).

A luta para conquistar visibilidade social ainda é um grande desafio para a mulher, a cada dia enfrentam barreiras que muitas vezes são invisíveis para o mundo. Mesmo correspondendo a maioria da população brasileira somando o total de 51,8% segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (educa.ibge.gov.br) , estas ainda enfrentam um grande cenário de desigualdade que variam desde o contexto familiar ao profissional. Um estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento³ mostra que 90% da população mundial feminina ainda sofre algum tipo de preconceito na questão de igualdade de gênero principalmente nas áreas da política e economia, e cerca de metade da população considera que os homens são melhores líderes na política comparado às mulheres. São comportamentos como estes que prolongam a caminhada da mulher rumo a esse desejo por igualdade de direitos que segundo Pateman:

Enquanto as mulheres forem identificadas com este trabalho “privado”, seu status público sempre será debilitado. Esta conclusão não nega – como se pode deduzir – o fato biológico de que são as mulheres, e não os homens, as que parem as criaturas; o que nega é o suposto patriarcal em virtude do qual o fato natural pressupõe que unicamente as mulheres podem criá-las (...) isto pressupõe algumas mudanças radicais na esfera pública, na organização da produção, e no que entendemos por “trabalho” e na prática da cidadania. (PATEMAN, 1996, p. 51).

Assim como os homens as mulheres têm esse direito ao status público, e tem sido dias incansáveis de lutas para transformar esse olhar patriarcal tradicional em um olhar que as considere em igualdade com os homens, principalmente no que tange as responsabilidades que são vistas unicamente como obrigações.

Quando Pateman acrescenta “e na prática da cidadania”, afirma que o direito ao voto é um dos diretos mais importantes das democracias, uma vez que permite que o

³ Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil>).

cidadão possa exercer a sua cidadania e então tomar parte no processo político, com autonomia para escolher seus representantes na política ou se candidatar os cargos políticos disponíveis. O que durante muito tempo fora um direito renegado as mulheres

que deixavam de exercer sua cidadania. O voto feminino foi um passo muito importante para as mulheres conquistar um espaço no campo considerado como um “campo masculino, ou seja, o campo da política partidária”. O engajamento deu força à causa.

No Brasil podemos destacar o estado do Rio Grande do Norte como pioneiro no apoio às mulheres por aprovar a Lei Estadual 660, de 25 de outubro de 1927, “o que despertou a atenção da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino para que esse direito fosse expandido à todas as mulheres brasileiras”. (MENDES, 2016). Pode se afirmar que fora do Rio Grande do Norte a primeira mulher a registrar cadastro para garantir o direito de votar. Ela se chamava Celina Guimarães e residia na cidade de Mossoró. A professora Celina também foi considerada a primeira mulher a se alistar para voto em toda América Latina (SOUZA, 2004).

No mesmo estado também foi registrado uma das primeiras candidaturas femininas à prefeitura. No ano de 1928 Alzira Soriano se candidatou para pleitear o cargo de prefeita na cidade de Lages e venceu com 60% dos votos apurados. Tomou posse em janeiro de 1929 e seu maior desafio foi enfrentar uma sociedade extremamente machista. Durante seu mandato se dedicou a construções de escolas, pois priorizava a educação e infraestrutura da cidade. Em 1930 foi pressionada a pedir exoneração do cargo simplesmente por defender sua opinião que discordava totalmente da linha política do então governo Getúlio Vargas. Em 1945, retornou a política, mas com um cargo de vereadora da mesma cidade. (SOUZA, 2004).

Mesmo com todos os avanços que ocorreram no Rio Grande do Norte, ainda se passaram dois longos anos até o voto feminino se expandir Brasil afora. O governo Vargas trouxe grandes mudanças para o Brasil principalmente para o sistema eleitoral brasileiro, com a aprovação do código eleitoral (Decreto nº 21.076) em 24 fevereiro de 1932. Com a entrada em vigor deste código foram estabelecidas normas de padronização para as eleições que fossem realizadas a partir desta data. Esse decreto tornava o voto obrigatório e secreto e a abolição das restrições de gênero. Assim garantia o Artigo 2º deste Decreto que dizia: “É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste código”. Mas não bastava ter 21 anos para exercer o direito de votar, era preciso ser

alfabetizada, ou seja, saber ler e escrever. O que tornaria um direito sem direito, visto que poucas mulheres tinham ou tiveram acesso à escola, poucas mulheres gozavam deste direito.

Somente em 1988 o voto feminino foi registrado na Constituição Brasileira, assegurando como direito a todo cidadão brasileiro, incluindo os analfabetos. No entanto não foi fácil como parece, foi preciso fazer barulho, muito barulho. O direito ao voto feminino no Brasil por exemplo foi uma conquista de muitos anos de luta, mas finalmente em 1932 foi consolidado, permitido oficialmente pelo código eleitoral de 1932 decretado pelo então presidente Getúlio Vargas, essa conquista está ligada aos esforços feministas pela equiparação de direitos entre homens e mulheres.

Num âmbito mais recente, não poderíamos deixar de falar da primeira e única mulher brasileira que conseguiu eleger-se para o cargo de Presidenta da República no Brasil, Dilma Rousseff, no ano de 2010 o PT (Partido dos Trabalhadores), conseguiu a façanha de eleger Dilma Rousseff como primeira presidenta da República do Brasil, como sucessora do governo bem sucedido de Luís Inácio Lula da Silva. Dilma Rousseff nasceu em 14 de dezembro de 1947, em Belo Horizonte, Minas Gerais, filha de imigrantes, cresceu em um ambiente que valorizava a educação e a política, na juventude lutou contra a ditadura militar que governava o Brasil entre 1964 e 1985. Militante do movimento estudantil, esteve presa por quase três anos devido a sua participação em atividades revolucionárias.

Quando conseguiu liberdade formou-se em economia e começou sua carreira política, ocupando vários cargos no governo do estado do Rio Grande do Sul, posteriormente, foi ministra da Fazenda no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula) entre 2005 e 2010. Quando assumiu a presidência Dilma começou subvertendo o português e foi amplamente criticada, por exigir que fosse chamada de presidenta, palavra cujo feminino de ser precedida pelo artigo A. “Nessa imposição em que Dilma acabou por mostrar um pouco da sua força no comando, de um poder que esteve sempre concentrado nas mãos de homens começou a desagradar.” (SADER; GOMES, 2016; p.86).

A primeira mulher no mais alto cargo do país teve sua competência questionada, a presidenta virou “presidenta” associando-a com anta, assim que mexeu no mundo das palavras de poder nas quais não deveria caber derivação feminina. Mas apesar de questionado, seu primeiro mandato transcorreu dentro do esperado, e em 2014, numa eleição extremamente disputada, Dilma conseguiu se reeleger, intensificando assim a

polaridade e o discurso de ódio. A direita começou a trabalhar desde o primeiro dia do segundo mandato para derrubar o governo Dilma, com base profunda no machismo dos que nunca aceitaram ser governados por uma mulher, todavia no contexto em que o golpe se apresentou foi além do machismo, é uma clara demonstração de misoginia, do ódio às mulheres, do ódio ao empoderamento que as mulheres adquiriram ao longo dos anos. “Dilma por duas vezes lutou pela democracia do país e nas duas vezes se transformou em heroína!” (SADER; GOMES, 2016, p.89).

Uma outra conquista também recente, mas não menos importante, foi a lei de cotas femininas no Brasil, a Lei nº 9.504/1997, foi uma medida que buscou aumentar a representação das mulheres em cargos políticos e em espaços de decisão, estabelecendo um percentual mínimo de candidaturas femininas nas eleições. Entre os principais objetivos a serem alcançados com a Lei nº 9.504/1997 estão o aumento da representação feminina, visibilidade e valorização feminina, a desconstrução de estereótipos, inspiração para as novas gerações de mulheres, mudanças estruturais e promoção da igualdade de gênero. Sabemos que embora as leis de cotas sejam uma ferramenta importante, ainda existem desafios significativos para alcançar a plena igualdade de gênero na política.

2 COLÔNIA DO PIAUÍ: UM MUNICÍPIO BRASILEIRO

Na região que hoje corresponde ao município de Colônia do Piauí existia uma pequena comunidade denominada Saco do Rei e era habitada por algumas famílias tradicionais como a de João Criolo, de Raimundo Doquinha, de Antônio Neném, de Eliseu, de Sinhá, de Águida, de Antônio Lagoa, de Maciniana, de Elpídio, de Barbina entre outras. Cada família habitava um espaço que recebiam nomes pelas características da região como: Alto, Tabuleiro, Mandacaru, Baixão, Cancela e que até hoje conserva como nomes dos bairros.

Em 1940, as terras ainda estavam vinculadas ao Rio de Janeiro (então capital do país) a comunidade Saco do Rei passou a se chamar Colônia Agrícola Nacional Saco do Rei. E passou a pertencer ao Estado do Piauí. Sob administração do Dr. José Gusmão que questionava junto ao poder legislativo outro nome para a região “Colônia Estrela do Norte”, pela seu formato geográfico ter o formato de uma estrela. Mas permaneceu Colônia Agrícola Nacional do Piauí (CANPi). Recebeu este nome por ser uma fazenda nacional voltada para a agricultura. Mesmo com mudança de nomenclatura os moradores continuaram a chamá-la por Saco do Rei.

A Colônia Agrícola Nacional do Piauí (CANPi), passou por vários administradores que permaneciam em média dois anos. Para a sucessão de Dr José Gusmão veio o Dr. Hilário (engenheiro), depois Dr. Frota (engenheiro), depois Dr. José Brandão (conhecido como Brandão), Dr. Flávio Castelo Branco, todos vindos da capital Teresina. Dentre eles só Dr. Antônio Tapeti era natural de Oeiras e ainda Dr. Lauro Dias Vieira do Maranhão. O Dr. Antônio Tapeti nomeado pela segunda vez administrador da Colônia Agrícola Nacional do Piauí resolveu lotear as terras para facilitar o povoamento da comunidade. Constatou-se a concessão de licença para o corte de roça em localidades como o Oitis, Marrecas, Mourões, Estreito, Angical, dentre outras, a fim de que as pessoas beneficiadas pudessem praticar a agricultura de subsistência.

Em 29 de abril de 1992 foi promulgada a lei estadual 4.477/1992 elevando Colônia Agrícola Nacional do Piauí a categoria de município desmebrando-se de Oeiras, agora passou a se chamar Colônia do Piauí. Sua sede como distrito foi instalada em 01 de janeiro de 1993, mas só em 1997 ocorreu a divisão territorial do distrito sede, Oeiras localizado a 24 km, considerada a cidade mais próxima. (SANTANA [s.d.])

A pequena cidade se estende por 947,9 km² com uma população de 6.994 de acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴. Possui um densidade demográfica de 8,1 habitantes por km². Está localizada a aproximadamente 304,5 km da capital do estado do Piauí (Teresina) e é situada na região do semi-árido no centro-sul piauiense na microrregião de Picos. Limitando-se ao norte com o município de Oeiras, ao sul com São José do Peixe e Santo Inácio do Piauí, a leste com Wall Ferraz do Piauí e a oeste com São Francisco do Piauí. A cidade é conhecida como “Terra da vaquejada” pois tem a vaquejada mais antiga do estado, fundada em 1976, e é sempre comemorada no mês de julho, quando se deslocam muitos turistas.

2.1 OS PRIMEIROS PASSOS PARA PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Como mencionado anteriormente, dez anos após a extinção da Colônia Agrícola Nacional do Piauí, as terras passaram a pertecer ao Piauí sob a responsabilidades de administradores indicados por Leônidas de Castro Melo, chefe do executivo e interventor Federal na condição de governador. Em 1955, passou a ser povoado e recebeu o nome de “Colônia Fazenda Saco do Rei” ainda sob a jurisdição de Oeiras até 1991. Nesta época

⁴ Disponível em: www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi/colonia-do-piaui

chegou ao município o senhor Raimundo de Sousa Moura, o senhor Eliseu Barroso e Zé Maia. Fazendeiros responsáveis pelos armazéns que forneciam alimentos e também chefiavam os trabalhadores.

Em meados da década de 60 Raimundo de Sousa Moura torna-se administrador de Colônia, permanecendo até o final da década de 80. Sousa Moura, como era conhecido,

iniciou na política aspirando ao cargo de vereador em 1982 pelo município de Oeiras, mas com propostas para o município de Colônia. Foi eleito. Como administrador conseguiu muitos benefícios para o povoado, tais como energia elétrica, abastecimento de água, construção de centro de convivência, pavimentação da praça, construção do mercado público, construção da primeira escola, entre outros. Fazia o seu papel de administrador político, sua casa era fonte de informações pois somente ele possuía um rádio.

Como o loteamento das terras, ato do Dr. Antônio Tapeti, em pouco tempo a população aumentou significativamente, e o povoado passou a corresponder aos requisitos exigidos para solicitação de emancipação. Em 03 de outubro de 1991 realizou-se o primeiro plebiscito em prol da emancipação do município. Poderia votar toda pessoa considerada apta à votação, ou seja, aquelas pessoas que fizessem parte da Associação do FUNDEC (Fundo de Desenvolvimento Comunitário) que na época estavam como representantes: Antônio de Passos (presidente) e Sousa Moura (vice-presidente).

Esta fora de grande importância para o povoado, pois através de suas reivindicações foram construídos o hospital, o ginásio estadual, e um armazém que foram construídos em terrenos doados pelo senhor Cândido Maroto para que o povoado adquirisse o mais rápido possível a estrutura para ser um município. Quanto aos sócios, estes tinham grande interesse em ver o crescimento do povoado, os quais mantinham suas obrigações atualizadas e votaram com unanimidade pela emancipação do município.

O senhor Francisco Monteiro de Carvalho foi primeiro idealizador da emancipação e compartilhou o seu projeto com Coronel Luiz Gonzaga, João do Bar, Leônidas, José Gregório, entre outros. Fizeram algumas reuniões e buscaram apoio junto as comunidades levando a ideia da emancipação. Em 1992 entrou em vigor a Lei Estadual n.º 4.477 de 29/04/1992 que promulgou o povoado “Colônia Fazenda Saco do Rei” a fazer parte dos municípios piauienses com o nome de “Colônia do Piauí”.

Em 03 de outubro de 1992 aconteceu a primeira eleição municipal de Colônia do Piauí, onde foi eleito o primeiro prefeito municipal, o senhor Marcito José Barbosa

Madeira Campos, pelo Partido da Frente Liberal (PFL), que governou a cidade por quatro anos. Dentre as realizações de seu governo, destacamos a inauguração do hospital, a construção da Câmara de vereadores, reforma e instalação da prefeitura, dos correios, do matadouro, construção da delegacia, dentre outras relações. Colônia do Piauí, foi assim criando uma estrutura de município.

Em outubro de 1996, após quatro anos, aconteceram novas eleições. Desta vez foi eleita a primeira mulher, a professora Conceição de Maria Soares Portela Carneiro Tapeti, pelo PT, que se manteve no executivo municipal de 1997-2000. Sendo reeleita no ano de 2000, governou de 2001 a 2004, novamente pelo PT. Durante a sua administração aconteceram obras em regiões anteriormente loteadas com ampliação e implantação da rede elétrica; perfuração de poços tubulares; reforma e ampliação em prédios públicos; construção de quadras poliesportivas; pavimentação de ruas; criação do conselho tutelar; construção da creche e reforma das escolas do município; implantação do EJA e da Escola Ativa; implantação de Ensino Médio em parceria com o Governo do Estado; efetivação dos Agentes Comunitários de Saúde; aquisição de ambulância para o hospital; aquisição de veículos para transporte escolar; implantação dos programas sociais – Peti, Agente Jovem, PPD, Gestantes, Idosos, Pac, Fome Zero; realização de concurso público para diversas áreas.

Em 2004, com as eleições, foi eleita outra mulher, a empresária Lúcia de Fátima Barroso Moura de Abreu Sá, pelo PMDB cujo mandato fora até 2008. No ano de 2008 concorre a reeleição e sai vitoriosa e governa a novamente a cidade de 2016 a 2020 desta vez pelo PP (Partido Progressista), que implementou a escola de primeiro grau nas localidades Marrecas e Angical; construção de posto de saúde na localidade Mourões; construção de matadouro; ampliação e pavimentação de ruas da cidade e no povoado Oitis; criação de ginásio poliesportivo; criação do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social); construção de 100 casas populares na zona urbana; perfuração de poços tubulares; instalação do Programa 1.000.000 de cisternas; aquisição de um veículo para a Delegacia de Polícia, uma ambulância.

A gestão dessas mulheres contribui significativamente para o crescimento e bem estar da população da pequena cidade. De acordo com as narrativas das ex-prefeitas, os recursos eram obtidos através de emendas dos governos estadual e principalmente através do governo federal, com a participação de deputados e senadores.

3-O PROTAGONISMO DA MULHER NO EXECUTIVO MUNICIPAL DA

CIDADE DE COLÔNIA DO PIAUÍ

Existem várias formas de registrar os acontecimentos, de forma material ou imaterial. Podemos destacar a memória, cuja função mental nos permite armazenar, codificar e/ou recuperar informações, ou seja, permite-nos registrar nossas experiências, sentimentos, acontecimentos ou qualquer elemento pertencente ao nosso passado.

Segundo o francês Jacques Le Goff “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais do indivíduo e das sociedades” (1990), ou seja, as lembranças do passado são extremamente importantes na construção da identidade de um indivíduo ou de um grupo social.

Nesse sentido o trabalho com depoimentos escritos ou orais é essencial para perceber de que forma essas memórias se constroem na atualidade dessas mulheres através da experiência que viveram diante do período de governança da cidade de Colônia do Piauí.

A pesquisa focaliza o momento em que elas estiveram diante do poder executivo municipal, realçando como essa memória constrói e reconstrói as inúmeras lembranças ou esquecimento do passado, que de acordo com Ecléa Bosi:

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. [...] A lembrança é uma imagem construída por materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam a nossa consciência atual. [...] O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entra as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista (BOSI, 1994).

A memória é definida como por Le Goff como “Propriedade de conservação de informações com as quais podemos atualizar impressões e informações do passado, ou seja, não se limita ao simples fato de reter informações, mas em organizá-las e conservá-las”. (LE GOFF, 2002, p.421) O autor defende a importância da memória coletiva e o papel que esta desempenha na sociedade, afirma que a memória ainda que individual passa por testemunho das pessoas que relatam em suas lembranças experiências vividas e presenciadas que representam tanto um caráter individual como um retrato de determinados grupos sociais. Assim, ao acessarmos esse recorte da vida das duas mulheres, acessaremos as interpretações que elas fazem da sua vivência enquanto prefeitas, tendo em vista que não conseguimos ter em mãos apenas os fatos puros.

A história oral pode ser considerada a forma mais antiga da literatura, onde se registraram fatos que eram contados e repassados de geração em geração, talvez como forma de manter viva a memória de muitos povos. O fato é que essas narrativas antes de serem escritas passaram por manifestações orais, criando assim um elo entre a oralidade e escrita. A história oral contemporânea surgiu no século XX, e veio ganhando dinamicidade de diversas formas desde a gravação de fitas cassetes até as discussões sobre entrevistas via aplicativos de mensagens. De acordo com Le Goff:

[...] a história começou como um relato, a narração daquele que pode dizer "Eu vi, senti". Este aspecto da história-relato, da história testemunho, jamais deixou de estar presente no desenvolvimento da ciência histórica. Paradoxalmente, hoje se assiste à crítica deste tipo de história pela vontade de colocar a explicação no lugar da narração, mas também, ao mesmo tempo, presencia-se o renascimento da história-testemunho através do retorno do evento. (LE GOFF, 1990)

A transmissão de conhecimento e informações repassadas através das gerações foi extremamente importante para o desenvolvimento da memória e das práticas de narrações que davam sentido ao ato de contar. Com o advento da tecnologia, as novas gerações levantaram um ponto de vista diferente para tais registros, que podem vir a cair no esquecimento caso não venha a ser registrado na forma escrita ou gravada. Só que se estabelece uma distinção entre a memória como atributo da transmissão oral e outra concepção de memória onde entra a escrita, ou melhor, o processo de transcrição passa a ser o registro.

De acordo com o dicionário Houaiss “transcrever é escrever novamente determinado conteúdo em outro lugar; transladar, copiar, reproduzir, ou passar para o papel de forma fiel o que está sendo ouvido, o qual pode variar de um texto de discurso, uma música, a um simples relato pessoal.” (2009, p. 86)

De acordo com Santos, normalmente “citação oral faz referência a trechos de palestras, aulas, conferências, entrevistas entre outros. Estas podem ser em forma de discurso direto e indireto, o que se preza é a fidelidade do que foi dito e a referência.” (2000).

Para a pesquisa foram realizadas entrevistas com as duas mulheres (ex-prefeitas) que estiveram à frente do executivo municipal de Colônia do Piauí. A pesquisa se insere dentro do recorte temporal de 1993 a 2022. A primeira entrevistada foi a ex-prefeita Conceição Portela: entrei em contato com a mesma presencialmente e ela me forneceu o seu número de telefone, para que pudéssemos alinhar o dia e o horário da entrevista, a

entrevista aconteceu online, via aplicativo de mensagens em 10 de setembro do corrente ano. Logo no início fiz perguntas acerca de sua identidade, para em seguida adentrar em questões acerca da sua história de vida e de sua participação política no município de Colônia do Piauí.

Na segunda entrevista foi a vez da também ex-prefeita de Colônia do Piauí, Lúcia Moura: entrei em contato com ela através de um amigo que forneceu o contato, a mesma prontamente respondeu, que me daria a entrevista, mas pediu que tivesse um pouco de paciência pois a mesma estava passando pelo processo eleitoral do corrente ano. Terminando o pleito, voltei a procurá-la e ela falou que me daria a entrevista, mas preferia que esta acontecesse de forma presencial. Acertou-se então que seria na sua residência em Oeiras em 01/11/2024. Inicialmente fez-se perguntas acerca de sua identidade e em seguida acerca da sua história de vida e sobre a história de vida de sua família e seguida como se deu sua inserção na política, e acerca de sua participação no executivo municipal de Colônia do Piauí.

A pesquisa trata de analisar as memórias construídas por essas mulheres, focando em como elas rememoram seu período à frente do executivo municipal e como o fato de serem mulheres influenciou, ou não, o exercício do mandato com intuito de compreender a sua participação nas eleições para o executivo, assim mapear a partir das narrativas quais foram seus maiores medos ou anseios em relação ao exercício do cargo e identificar quais memórias são predominantes para cada uma. O questionamento principal é: Quem são essas mulheres? Como se deu o processo de inserção delas na política partidária? Quais eram seus objetivos antes e durante o exercício do mandato? Quais dificuldades enfrentaram depois de serem eleitas?

3.1 A história de vida das ex-prefeitas, antes e durante seus respectivos mandatos.

Neste tópico são destacados os resultados das análises das narrativas das exprefeitas do município de Colônia do Piauí. No primeiro momento destaca-se a análise da narrativa da ex-prefeita: Conceição de Maria Soares Portela Carneiro Tapety, que no ato da entrevista tinha 53 anos, é do sexo feminino e se auto declara branca, é natural de Oeiras, mas mora em Colônia do Piauí há mais de 30 anos, e é filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), sua profissão é professora, licenciada em Geografia, com especialização em Geografia e em Docência, e no momento está encaminhando sua aposentadoria como professora.

Perguntada sobre sua história de vida e sobre a história de vida de sua família, a entrevistada destacou que alguns de seus familiares sempre estiveram ligados a política, que seu pai foi vereador em Oeiras, que seu irmão foi vereador e prefeito de Oeiras, mas que a mesma só entrou para a política quando casou-se com Selindo (ex-vice prefeito, e também ex-prefeito da cidade de Colônia do Piauí):

Bem eu entrei na vida política assim que me casei com o Selindo né, na minha família meu pai já foi vereador, mas eu não tinha ingressado na política...e quando casei com o Selindo, Selindo também envolvido em política né, comecei a me envolver. (CONCEIÇÃO PORTELA, 2024).

Observa-se na fala da ex-prefeita que a proximidade de seu esposo com o meio político foi o que a fez envolver-se na política. Contudo, podemos questionar essa sua afirmação, tendo em vista que a sua família já possuía ligações, embora ela não estivesse diretamente envolvida. Indagada se a ex-prefeita tivera algum incentivo para que ela concorresse ao cargo de prefeita na cidade de Colônia do Piauí ou se essa foi uma decisão pautada mais basicamente em uma vontade sua própria, ela responde que desde que se casou com seu marido, esteve envolvido na política “mas em nenhum momento pensava em cargo político, em “ser política”:

Abracei a causa, mas um dos maiores incentivadores foi o Selindo, Selindo meu esposo né, foi quem me incentivou, foi quem me deu força, porque realmente é o político...me envolvi, a gente termina descobrindo coisas que a gente não sabe antes, aí você vê, que realmente você se identifica com a política e aí foi. (CONCEIÇÃO PORTELA, 2024).

De acordo com a fala da ex-prefeita observa-se que possivelmente a mesma não teria ingressado na disputa para o cargo de prefeita na cidade de Colônia do Piauí, sem o forte incentivo dado pelo seu esposo e que, possivelmente, ele continuaria exercendo influência quando não pudesse mais concorrer.

Em relação às suas expectativas antes e durante o exercício do mandato, a entrevistada destacou:

Antes era ganhar para fazer o melhor pelo município, fazer o melhor por Colônia do Piauí, minha expectativa foi a melhor possível. Assim quando eu assumi, a gente vai com sonhos, muitas coisas, vai com uma bagagem enorme, vou fazer isso, vou fazer aquilo e quando a gente se depara com os problemas né, a gente tem um pouco de frustração. (CONCEIÇÃO PORTELA, 2024).

Assim, depara-se com a falta de recursos que, segundo ela, é o principal desafio encontrado em uma administração de uma cidade pequena. Perguntamos para a entrevistada Conceição Portela se o fato de ser mulher contribuiu ou prejudicou o

processo e a disputa ou se a mesma acreditava ter sido irrelevante. A ex-prefeita respondeu enfaticamente que não se sentiu prejudicada, pelo fato de ser mulher, e que no seu mandato tanto ela quanto a vice-prefeita eram mulheres e que foram bem recebidas e sua candidatura bastante abraçada, e que segundo ela esse fato se deu principalmente, pelo fato do seu esposo ter muito serviço prestado junto a população de Colônia do Piauí:

Assim em relação a ser mulher acredito que talvez tenha até contribuído, até porque quando eu fui candidata nós éramos duas mulheres, eu como prefeita e a vice-prefeita também era mulher, não houve nada que eu achasse dificuldade em relação a ser mulher em momento algum. (CONCEIÇÃO PORTELA, 2024).

De acordo com a narrativa da ex-prefeita Conceição Portela a influência e a credibilidade que segundo ela o seu esposo possuía perante a população do município, tenha sido um facilitador para aceitação, e para o acolhimento da sua candidatura: “Até porque tinha essa pessoa dele Selindo (esposo), que tinha um trabalho muito grande em Colônia do Piauí, muito querido, e eu consegui conquistar a amizade e a confiança, sempre me botei a disposição para ajudar em relação ao que fosse sendo eleita como prefeita de Colônia do Piauí”. Ou seja, temos uma figura masculina “dando suporte” a sua. Em relação ao que significou para ela estar à frente do executivo municipal de Colônia do Piauí por duas vezes, destacamos o seguinte:

Ahh muito, muito, significou muito só de você ter a oportunidade de estar à frente do seu município né, e poder fazer algo por ele, isso é muito relevante, isso é muito bom, para a gente, ter contribuído na época para o nosso município desenvolver. (CONCEIÇÃO PORTELA, 2024).

Perguntada como a mesma enxerga a participação feminina na política partidária, ela diz: “Acredito que é muito importante, e fico feliz que tenha crescido bastante a participação de mulheres, é... que as mulheres têm tido mais incentivo do que na época em que eu fui candidata em 1996”. (CONCEIÇÃO PORTELA, 2024). Perguntou-se, ainda sobre a participação das mulheres na política, sobretudo o acesso a partir da Lei de Cotas (Lei 9504/97). Ela afirmou:

Acredito que sim, que as leis de cotas garante essa participação. Porque as cotas precisam ser preenchidas por mulheres, e não podem ser preenchida por nenhum, então tem que se dar um jeito...então eu acho que é uma maneira de incentivar a mulher a estar no meio político né. (CONCEIÇÃO PORTELA, 2024).

Ou seja, apesar de não ter supostamente enfrentado dificuldades, considera a lei de cotas fundamental para uma maior inserção das mulheres na arena política.

A partir de agora destacaremos a narrativa da entrevistada Lúcia de Fátima Barroso Moura de Abreu Sá, que no ato da entrevista tinha 68 anos, é do sexo feminino, se auto declara branca, é natural de Oeiras, pois na época do seu nascimento Colônia pertencia a ao município. Ela esteve filiada ao PPS, ao PMDB, ao PP e atualmente ao PSD. Sua profissão é professora, mas é também graduada em Administração, e atuou por muitos anos como funcionária do Banco do Nordeste. Atualmente é funcionária pública aposentada. Quando questionada em relação a sua história de vida e de sua família, a ex-prefeita Lúcia Moura relatou que o seu pai e sua mãe moravam em Colônia e que sempre lutaram por lá, que seu pai sempre esteve envolvido com a política e que sempre foi fonte de inspiração para para ela.

Verificamos em sua fala: “A minha história de vida foi assim... sempre fui funcionária do Banco do Nordeste, fui prefeita por 12 anos, vereadora por 4 anos, me dedicava ao comércio, pois meu esposo era comerciante, também muito a política”... (LÚCIA MOURA, 2024). Foi perguntado se ela recebeu incentivo de alguém para concorrer ao cargo no executivo da cidade, ou se resolveu concorrer por vontade própria. A ex-prefeita disse que seu pai (Souza Moura, como era conhecido), foi o seu principal incentivador, muito embora o seu esposo também a tenha motivado, pois segundo ela seu pai possuía um amor enorme por Colônia do Piauí e por sua gente, no seu relato ela enfatiza o orgulho por ter presenteado seu pai e seu esposo com o seu primeiro diploma de prefeita e que a mesma teria entregue o diploma nas mãos dos dois: “Lembro muito bem, que eu peguei o meu primeiro diploma de prefeita e fui entregar nas mãos deles, pois seria um presente que eu estaria dando pra eles naquele momento.” (LÚCIA MOURA, 2024). Ou seja, percebemos nitidamente que a sua inserção política esteve vinculada a figuras masculinas, os quais utilizam, sobretudo seu pai, argumentos supostamente nobres para desejar conquistar o espaço público. Não menciona que a ocupação pode ser derivada da busca pelo poder institucional.

Já sobre suas expectativas em relação à disputa e ao exercício do mandato a mesma disse que era ganhar, era querer ver a transformação de Colônia. “A gente pensou, e conseguimos realizar muitas coisas, dar uma cara de cidade a nossa terra”. (LÚCIA MOURA, 2024). Na pergunta sobre se o fato de ser mulher teria contribuído ou atrapalhado a disputa ela respondeu que:

Eu acho que o fato de ser mulher, não nos atrapalhou em nada, eu acho que na época as expectativas eram muitas devido à minha família, a nossa luta, eles todos sabiam, que nós queríamos o melhor por Colônia...e até mesmo porque já tinha existido prefeita em Colônia do Piauí, eu não fui a primeira, eu fui a segunda prefeita da cidade, então eu acho que o fato de ser mulher não nos atrapalhou em nada, eu acho que talvez tenha até nos ajudado. (LÚCIA MOURA, 2024).

De acordo com a narrativa da ex-prefeita Lúcia Moura a população de Colônia do Piauí não teve nenhuma ressalva em relação ao fato da mesma ser mulher, uma vez que o município já tinha contado com dois mandatos exercido por uma mulher, ou seja a população do município já estava familiarizada com gestões anteriores feitas por mulheres. No que tange as expectativas em relação ao exercício do mandato a entrevistada Lúcia Moura ressaltou que eram muitas, que além de dar uma aparência melhor a cidade, com calçamentos, com escolas, com postos de saúde, ambulância queria ter feito muito mais, todavia enfatiza que uma prefeitura de pequeno porte infelizmente possui recursos bem limitados e portanto insuficientes para realizar tudo o que se planeja. A ex-prefeita também enfatiza a busca da população por empregos, e classifica essa questão como sendo o maior desafio encontrado, pois são muitos pedidos e segundo ela não tem como atender a todos uma vez que a pequena, como é o caso da de Colônia, não dispõe de tanta oferta de emprego. Veja na fala da ex-prefeita: “Olha o maior desafio que a gente encontra é a questão do emprego, tinha muita procura por emprego e a gente sempre recebia muitos pedidos, e infelizmente uma prefeitura de pequeno porte como é a nossa não tinha como, não dá”. (LÚCIA MOURA, 2024). Ou seja, o poder público é visto como um local de empregabilidade.

Perguntada se em algum momento a mesma pensou que pudesse não dar conta de atender minimamente as demandas do município, a ex-prefeita diz ser uma pessoa movida a esperança a fé e a coragem. No entanto diz ter havido momentos que a mesma quis fraquejar, porque muitas vezes se sentia sem condições para realizar tudo aquilo que queria:

[...] tem momentos que você quer fraquejar porque são muitas as dificuldades, muitas mesmo... mas a gente correu muito atrás de senadores, de deputados, tudo para conseguir verbas para o nosso município, para conseguir até mesmo festas, tanto religiosas como também vaquejadas, por que era uma forma de circular o dinheiro na nossa cidade...(LÚCIA MOURA, 2024).

Ainda dando sequência a fala da ex-prefeita, perguntada a respeito de como ela enxerga a participação das mulheres na política partidária, diz achar muito importante e que sem a participação das mulheres não existe democracia, que na sua opinião as mulheres deveriam ter um incentivo maior para que elas pudessem participar realmente da política, e diz mais que na sua percepção as leis deveriam ser feitas pelas mulheres e para as mulheres.

Nota-se na narrativa da ex-prefeita que a mesma reconhece a ausência de maiores incentivos por parte da sociedade como um todo, para que as mulheres queiram realmente fazer parte das decisões do seu município, do seu estado e até mesmo do nosso país. “ Eu até acho que as mulheres tinham que fazer as leis, as leis tinham que serem feitas pelas mulheres e para as mulheres, para que realmente houvesse um maior incentivo e uma maior vontade da mulher participar da política”. (LÚCIA MOURA, 2024).

Já em respeito a lei de cotas garantir uma participação mais efetiva de mulheres na política partidária, a entrevistada diz achar que a lei garante essa participação, mas não de forma efetiva, mas como uma obrigação. Segundo ela faltam incentivos e políticas públicas para que as mulheres descubram a importância da sua participação:

Eu acho assim que a lei ela garante essa participação da mulher, mas muitas vezes até quase que por obrigação, e não por vontade, porque como eu disse anteriormente, faltam incentivos, falta você mostrar nas políticas públicas, a importância da participação da mulher. (LÚCIA MOURA, 2024).

Ou seja, percebemos que a ex-prefeita também considera de suma importância a efetivação de políticas públicas no sentido de garantir a presença das mulheres no âmbito político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste pesquisa foi compreender a trajetória de duas mulheres prefeitas no município de Colônia do Piauí. A escolha desse tema se deu pela aproximação pessoal, já que moro nessa cidade. Para a realização da pesquisa fizemos uma revisão bibliográfica e entrevistas com as duas ex-prefeitas a partir da metodologia da História Oral. Inicialmente buscamos compreender como se deu a participação das mulheres na política, bem como as suas lutas para alcançarem os seus direitos: primeiro o direito ao voto, acesso a educação, dentre inúmeros outros que ainda não foram completamente alcançados. Na

sequência, apresentamos o município de Colônia do Piauí, no qual as duas mulheres exerceram seus mandatos de prefeitas.

A partir de então pudemos apresentar a metodologia, que se baseia em relatos. Temos que saber que os relatos são a partir da memória, e que esta é uma construção a partir do momento em que a pessoa está falando. Nesse momento partimos para a análise das entrevistas. Percebemos que, embora as duas ex-prefeitas, Maria Tapeti e Lucia Moura, digam que não enfrentaram dificuldades, ambas são pertencentes a famílias tradicionais do município, ou seja, que disputam o poder, como mencionado por Eva Blay no início do texto. Assim, percebemos que essas mulheres estão dentro de disputas familiares pelo poder. Ou seja, sua própria margem de ação é limitada.

Percebemos que as mulheres, embora tenham conquistado muitos direitos, muitas vezes ainda sofrem limitações, tendo em vista que sua imagem está atrelada a um homem – “esposa de” e “filha de”. Este trabalho foi uma tentativa de compreender esse processo. Todavia sabe-se que a representatividade não é apenas uma questão de números, mas sim de reconhecimento e valorização do papel das mulheres na construção de uma sociedade mais igualitária. Ao investir na inclusão feminina não apenas no executivo municipal, mas em todas as esferas da sociedade, estaremos não somente democratizando os espaços, mas também assegurando um futuro em que todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas.

REFERÊNCIAS

Fontes Orais

MOURA, Lúcia de Fátima Barroso M. de Abreu Sá. **Entrevista oral**, concedida a Maria de Fatima Alves Bezerra. Colônia do Piauí/ em 01 de novembro de 2024.

PORTELA, Conceição de Maria Soares P. Carneiro Tapety **Entrevista oral**, concedida Maria de Fatima Alves Bezerra.Colônia/PI, em 10 de setembro 2024

Fontes bibliográficas

ALBERTI, Verena. **Manual de História oral/** Verena Alberti. 3 ed. Rio de Janeiro Editora FGV, 2005.

ALBERTI, Verena. **O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado.** Rio de Janeiro, 1996.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **Mulheres candidatas e eleitas nas prefeituras brasileiras primeiro turno das eleições de 2004.** Disponível em [www.cfemea.org.org.br/pdf/JoseEustaquioMulher Prefeitura.pdf](http://www.cfemea.org.org.br/pdf/JoseEustaquioMulherPrefeitura.pdf). Acesso em julho de 2010.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **Paradoxos da participação política da mulher no Brasil.**

BARBOSA, C. **Atuação das mulheres na política Local: Ranços e Avanços.** Revista *Ágora*, Vitória n. 11, 2010, p. 1-27. DOI: <https://doi.org/10.26767/769>.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos.** Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BLAY, Eva Alternam. **As prefeitas [recurso eletrônico]: a participação política da mulher no Brasil/** Eva Alternam Blay. – 2. Ed. – São Paulo: Humanitas: CERU/FFLC/USP,2015.

BOSI, Ecléa **Memória e Sociedade - Lembrança de Velhos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 05.

BOURDIEU, Pierre, 1930- 2002

B778d. A dominação masculina/ Pierre Bourdieu; tradução: Maria Helena Kühner – 2º ed, -- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 160p. <https://www.tse.jus.br>

CUNHA, Juciara de Lima Linhares. **A participação da mulher na política no Piauí:** Uma análise dos territórios de desenvolvimento/ Juciara de lima Linhares Cunha. (Et al) – Teresina, Fundação CEPRO

D'ÁVILA, Manuela. **Mulheres implementam mais política pública de crj pinto – 2001.**

REVISTA USP. São Paulo, n. 49, p. 98-112, março/maio 2001 Eletrônica de Ciências Políticas, vol. 7, n. 1, 2016. em http://www.prt118.mpt.gov.br/eventos/2007/mulher/anais/artigos/jose_eustaquio.pdf, 2018.

DAVIS, Angela, **Mulheres raça e classe**, editora Boitempo. 1981 Del Priore, M. “**A Declaração de sentimentos**” (tradução brasileira em “Mulheres na História”, Org. Mary Del Priore, 2007.

Del Priore, **Mulheres na História**. Editora Fundação Perseu Abramo. (2007).

GASPARI, Leni Trentim. **Educação e Memória: Imagens Femininas nas “Gêmeas do Iguaçu” nos anos 40 e 50**. (Dissertação de Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2003.

GONÇALVES, Danyelle Nillin, **BARROS**, Fabiana Ximenes. II Encuentro internacional de investigacion em estudios de género.

HAHNER , J. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1930**. Editora USP. (1980).

HOUAISS, A. **VILLAR**, M. de S.; **FRANCO**, F. M. M. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

José Fernandes Santana da Silva. **Perfil de Colônia**. Localidade Oitis – Colônia do Piauí. [s.d.]

LE GOFF, Jacques; **História e memória** tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

MENDES, Juliana Maia. **As porteiras foram abertas: cidadania e sufrágio feminino no Rio Grande do Norte**.

NADER, Maria Beatriz. **Mulher: do destino biológico ao destino social**. 2ª edição rev. Vitória: Edufes/Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2001.

PARA MULHERES? O efeito da presença de mulheres no comando do poder executivo municipal para implementação de políticas com recorte de gênero no municípios brasileiros/Manuela d’Ávila. – 2018. 66f. Orientador: Prof. Dr. André marenco. Acesso em novembro de 2009.

PERNOUD, Régine. **A mulher nos tempos das cruzadas**. Campinas. SP: Papyrus, 1993.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História, Operários, Mulheres e Prisioneiros**. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PRIORE, M. D. (org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

RABAY, Glória Freire. **CARVALHO**, Maria Eulina Pessoa: **Participação da mulher no parlamento Brasileiro e Paraibano**. ORG & DEMO, Marília, v 12, n.,1 p. 81- 94, jan / jun., 2011

RODRIGUES, Dayanny Deyse Leite, **As prefeitas em perspectiva: representatividade feminina na política paraibana**.(2021)

SADER, Emir; **GOMES**, André. A resistência ao golpe 2016. Bauru, SP canal 6.2016.

SANTOS, Silvana Mara Moraes; **OLIVEIRA**, Leidiane. **Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços**. Katálises. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 11 a 19 janeiro-junho 2010.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: *Mulher e realidade: mulher e educação*, Porto Alegre: Vozes, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990. **SCOTT**, Joan.(1990). Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Revista Estudos Feministas, 1(2).

SOUZA, Heloisa M. G.Pinheiro. **Luísa Alzira Teixeira de Vasconcelos**: primeira mulher eleita prefeita na América do Sul. 1. Ed. Natal: UFRN/CCHLA/EDUFR. 72 p. Disponível em (<https://www.tre-rn.jus.br/centro-de-memoria/os-80-anos-do-voto-desaias-no-brasil-tre-rn>)

WOLLSTONECRAFT, Mary. A Reivindicação dos Direitos da Mulher .tradução de: [Andreia Reis do Carmo], São Paulo: EDIPRO, 2015.